

Quebrando o Tabu: Visibilidade lésbica através dos boletins *Chanacomchana*

*Rompiendo el Tabú: Visibilidad lesbiana a través de los boletines
Chanacomchana*

*Breaking the Taboo: Lesbian visibility through the Chanacomchana
bulletins*

Larissa Pinto Martins¹

Resumo

Em um período de redemocratização brasileira, ainda marcado pela censura e a moral e bons costumes, os boletins *Chanacomchana*, criado pelo Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) na década de 1980 servia como meio de visibilidade e representatividades às lésbicas de diversas regiões do Brasil. Por serem amplamente difundido, do interior a capital, o Chanacomchana era um meio de comunicação e empoderamento de mulheres lésbicas que demonstrava através de suas reportagens diversas formas de ser e viver enquanto uma mulher lésbica, fomentando que assumissem sua lesbianidade de forma política. Neste trabalho² demonstrarei como o boletim abordou a questão de maternidade, relações familiares e enrustimento, e como estas questões estão diretamente ligadas.

Palavras-Chave: Imprensa Alternativa; Lésbicas; Maternidade; Relações Familiares;

Resumen

En un período de redemocratización brasileña, todavía marcado por la censura, la moral y buenos costumbres, los boletines *Chanacomchana*, creadoS por el Grupo de Acción Lésbico Feminista (GALF) en la década de 1980 servía como medio de visibilidad y representatividades a las lesbianas de diversas regiones del Brasil. Por ser ampliamente difundido, desde el interior a la capital, el Chanacomchana era un medio de comunicación y empoderamiento de mujeres lEsbianas que demostraba a través de sus reportajes diversas maneras de ser y vivir como una mujer lesbiana, fomentando que asumieran su lesbianidad de forma política. En este trabajo demostraré cómo el boletín abordó la cuestión de la maternidad, relaciones familiares y enriquecimiento, y cómo estas cuestiones están directamente vinculadas.

Palabras clave: Prensa Alternativa; lesbianas; la maternidad; Relaciones familiares;

Abstract

In a period of Brazilian redemocratization, still marked by censorship and morality and good manners, the *Chanacomchana* bulletins, created by the Feminist Lesbian Action Group (GALF) in the 1980s, served as a means of visibility and representation for lesbians from various regions of the Brazil. *Chanacomchana* was a means of communication and empowerment of lesbian women, who showed through their reports various forms of being and living as a lesbian woman, encouraging them to assume their lesbianness in a political way. In this

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; Email: larissa.pmartins@yahoo.com.br

² Este artigo é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Chanacomchana também é bacana! Estudo sobre a imprensa lésbica no Brasil (1981 – 1987)”. A quem interessar o trabalho encontra-se no site <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/trabalhos-de-conclusao-de-curso/>

paper I will demonstrate how the bulletin addressed the issue of maternity, family relationships, and bonding, and how these issues are directly linked.

Keywords: Alternative Press; Lesbians; Maternity; Family relationships;

1. Introdução

A imprensa alternativa, no período de redemocratização brasileira foi amplamente utilizada como um local de resistência e de construção de novas identidades. Segundo Elizabeth Cardoso (2004), podemos dividir a imprensa feminista no Brasil em duas gerações, a primeira geração marcada pelas questões de classe e as diferenças sociais no cotidiano da mulher, que em geral eram ligadas a partidos políticos; a segunda geração, desenvolvida no início da década de 1980, voltava suas publicações às relações de gênero, pautada pelas individualidades das mulheres, como sexualidades, planejamento familiar, violência contra a mulher, dentre outros. As publicações da segunda geração, ao contrário da primeira, eram desvinculadas de partidos políticos e produzidas por organizações não governamentais, coletivos e associações.

O boletim *Chanacomchana*, como parte importante da segunda geração da imprensa feminista, foi fundamental para que o Grupo de Ação Lésbica-Feminina (GALF) conseguisse fortalecer e até mesmo criar novas identidades. Através da difusão do boletim pelo Brasil, conseguiam abordar diferentes pautas, porém sempre levantando o principal recorte político do GALF, a lesbianidade. Como nos aponta Nubia Carla Campos (2014), a invisibilidade das lésbicas na sociedade é vista pelo movimento de lésbicas como uma forma de manutenção da heteronormatividade. Segundo a autora, “a visibilidade é fundamental como afirmação da existência de uma parcela da população que possui especificidades a serem atendidas” (CAMPOS, 2014, p. 21). Desta forma, os boletins *Chanacomchana*, geravam para as lésbicas, a visibilidade que elas tanto precisavam para serem reconhecidas socialmente.

Ainda mais importante do que ter visibilidade, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista buscava, com o *Chanacomchana*, gerar representatividade para as mulheres lésbicas de forma geral. A visibilidade, mesmo tendo importância para um grupo ser reconhecido socialmente, muitas vezes acaba não representando de fato a realidade de tal grupo. A mídia até os dias atuais ainda comete o erro de estereotipar certos grupos sociais; com homossexuais não é diferente, geralmente, mostram lésbicas muito masculinizadas e gays muito efeminados, brancos e de classe média, como se esta fosse a realidade de todos os homossexuais.

Consideramos, então, a visibilidade enquanto mecanismo de tornar um grupo social, como as lésbicas, visível dentro da sociedade. Já a representatividade é algo que vai além da visibilidade de um grupo, ela busca representar o que está na vivência de tal grupo através de pequenos traços identitários. Desta forma, a representatividade desses grupos torna-se essencial para que, ao serem visibilizados dentro da sociedade, pessoas homossexuais sejam vistas com suas mais diversas particularidades, e não reforçando estereótipos que em muitas vezes acaba gerando (pré)conceitos ao corroborar que um grupo é diferente do outro sem elencar nenhuma semelhança.

Lenise Santana Borges (2017), alega que “uma das atribuições privilegiadas da mídia tem sido contribuir para o estreitamento das relações entre público e privado”, desta forma, dá a temas até então negligenciados, visibilidade para um público muito diverso, o que acaba fomentando a aceitação do outro, do diferente, para a população geral, desse modo, atua enquanto mediadora de uma legitimação de identidades diversas. No entanto, como nos alerta Guacira Lopes Louro (1997),

É importante considerar que as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento, sendo assim, tanto em relação ao gênero como a sexualidade, não podem ser estabelecidas/estagnadas em um determinado momento, visto que as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis, fruto da representação humana através da performatividade a representação e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997).

O *Chanacomchana*, em suas publicações, conseguia produzir visibilidade para as mulheres lésbicas, e elencando suas mais diversas particularidades, gerava também a representatividade necessária para quem o assinava. Além disso, as próprias assinantes poderiam intervir nas publicações, sugerindo colunas ou até mesmo escrevendo matérias, logo, as leitoras do *Chanacomchana* tornavam-se participantes ativas e representadas dentro de uma mídia difundida nacional e internacionalmente. Assim sendo, o Grupo de Ação Lésbica Feminista, conseguia, através dos boletins *Chanacomchana*, tirar as mulheres lésbicas da clandestinidade e as submetiam às mais diversas interpretações. Com suas matérias abordando temas específicos da vivência lésbica, quebravam com um imaginário popular baseado em estereótipos, normalizando a homossexualidade.

Como vemos no *Chanacomchana* (1987), o principal objetivo do GALF com o boletim, era de “quebrar o muro de preconceitos que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoio tanto no Brasil quanto no exterior” (CHANACOMCHANA, 1987, s/p). Dessa forma as leitoras do *Chanacomchana* conseguiam ter acesso não só a debates lésbico feministas nacionais e internacionais, como

também criar relações de amizade ou amorosas com outras lésbicas a partir de uma rede de comunicação disponível para trocas de cartas. Dentre as diversas discussões feministas que envolvem diretamente as lésbicas, destacamos aqui alguns temas aos quais o Grupo de Ação Lésbica-Feminista dedicou bastante atenção no decorrer das publicações do *Chanacomchana*, dentre eles a maternidade para as mulheres lésbicas, e seus conflitos familiares, assim como as causas e consequências do enrustimento na vida de uma mulher lésbica.

2. “Lésbicas: O difícil direito de ser mãe”:

Historicamente foi construído um imaginário social de que toda mulher deve ser mãe, mas como ser mãe quando se é uma mulher lésbica? É a partir desta questão que o boletim *Chanacomchana* abordou as dificuldades da maternidade para mulheres lésbicas. Seguindo um padrão heteronormativo familiar, em que as famílias são constituídas por mães e pais (sexo feminino e masculino), este imaginário exclui as mulheres lésbicas de tais papéis, uma vez que duas iguais naturalmente não reproduzem. Entretanto, como vemos no *Chanacomchana* (1985),

A invisibilidade das mães lésbicas faz parte da tentativa de ocultar a existência destas experiências, que rompem com o (falso) pressuposto de que ser mãe é igual a ser heterossexual, mostrando ser possível o exercício da maternidade além dos limites da heterossexualidade institucional (casamento, família nuclear, submissão da mulher ao homem). Hoje em dia, é possível tornar-se mãe através da inseminação artificial, o que torna dispensável a utilização da relação heterossexual para fins reprodutivos. (CHANACOMCHNA, 1985, p.7).

Atualmente, grande parte da produção acadêmica sobre maternidade ligada à lesbianidade apontam a inseminação artificial enquanto o mecanismo que possibilita às mulheres lésbicas serem mães, entretanto, mesmo que na década de 1980 já estivesse disponível esse recurso, o mesmo não era uma realidade muito comum no meio lésbico. Como aponta Maria Eduarda Cavadinha Corrêa (2012), muitas vezes as famílias homoparentais³ eram formadas por relacionamentos no qual as integrantes já tinham filhos biológicos. Estes filhos eram resultado de casamentos ou relacionamentos heterossexuais anteriores à aceitação dessas mulheres com sua homossexualidade. Além disso, o custo de uma inseminação artificial não é, ainda hoje, algo acessível a todas as mulheres. Neste mesmo momento ainda, a adoção de crianças por casais homoafetivos não era legalizada. Sendo assim, a forma que lésbicas e gays encontravam para adotar uma criança era monoparental, ou

³ Palavra utilizada para referir vínculos parentais protagonizados por gays, lésbicas e transgêneros. Desta forma, a palavra abrange pessoas homossexuais que decidem ser mães e pais, assim como pais e mães que passam a vivenciar relações homoafetivas.

seja, apenas uma das mães entrava com o processo de adoção pois sem a participação da parceira, o processo de adoção passava a ser viável.

Como argumenta Corrêa, a maternidade pelas mulheres lésbicas depende de diversos fatores como o “histórico-cultural, o social, o jurídico-legal, o econômico e os relacionados às políticas” (2012, p. 9) assim como suas trajetórias de vida. Todos estes fatores, influenciam na maneira pela qual as lésbicas vão criar seus filhos e, principalmente, como vão lidar com suas sexualidades perante eles. Nas disputas judiciais pela guarda dos filhos, na maior parte, as crianças são concedidas à mãe, desde que a mesma tenha condições de criar seus filhos. Entretanto, quando referente às mães lésbicas, há uma grande possibilidade de que a guarda seja concedida ao pai, pois moralmente essa mãe não seria apta a educar seus filhos. Esse fato faz com que as mães lésbicas omitam suas sexualidades e até mesmo abduquem de uma vida sexual/amorosa com outra mulher para não perder a guarda de seus filhos.

Como um assunto pouco falado na mídia, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista através do *Chanacomchana* foi buscar mulheres lésbicas que vivenciaram diferentes formas de maternidade para poder melhor entender sobre o assunto. É nesse sentido que o boletim de número seis traz como tema principal “Lésbicas e Maternidade”. Para tratar desse assunto, além de uma coluna escrita por Rosely Roth, foram realizadas entrevistas com duas mães, com trajetórias e conflitos diferentes, para ilustrar melhor às leitoras do *Chanacomchana* uma realidade possível.

Assim como em outras entrevistas, para a preservação da identidade das entrevistadas foram criados codinomes para ambas. “Lucia”, de vinte e um anos diz que foi mãe por acaso: um certo dia saiu com um grupo de pessoas, bebeu e fumou muito, acabou transando com um homem e engravidou, “marinheira de primeira viagem, também acho que foi a primeira e última vez que transei com um cara” (CHANACOMCHANA, 1985, p.9). Afirmou que ao descobrir que estava grávida, entrou em um grande dilema: como falar para sua família que estava grávida quando a mesma acreditava que “sapatão não engravida”? Com isso, “Lucia” escondeu sua gravidez durante os nove meses, por medo de ser expulsa de casa. Seus familiares, ao descobrirem sua gravidez, questionaram sua sexualidade, acreditando que, por ter ficado grávida, “Lucia” seria heterossexual, reforçando o imaginário popular de que uma lésbica não pode engravidar. Quando perguntada quais as dificuldades enfrentadas por ser mãe e lésbica, a entrevistada respondeu que sente a discriminação por ser lésbica e não por ser mãe, pois já perdeu empregos por conta de sua sexualidade, mas nunca pela maternidade.

A segunda entrevistada segue com o codinome de “Márcia”, com quarenta anos, argumenta que foi criada para ter filhos. Nem pensava sobre o assunto, mas aceitava a

imposição tranquilamente. Suas duas gravidezes foram planejadas, já eram algo desejado. Ao ser perguntada como conviveu com a gestação, “Marcia” alega que teve autonomia em relação ao seu corpo: “Sabe acho que de repente, eu tomei conhecimento que eu tinha sexo, com a gravidez” (CHANACOMCHANA, 1985, p.9.). Para Gilberta Soares (2010), historicamente há uma construção de um discurso que fortifica a identificação das mulheres com a função da maternidade desde a infância de forma a definir “uma identidade feminina”, como a única forma possível de ser mulher. E esta construção de maternidade é feita a partir de uma visão heteronormativa, que exclui a possibilidade de uma mulher lésbica fazer parte.

“Márcia” é um exemplo das mães que aceitam sua lesbianidade após um casamento heterossexual e que se preocupa com a guarda de suas crianças após a separação. Quando perguntada se teve problemas com a custódia de seus filhos, Marcia respondeu:

Quando me separei do meu marido, eu temia que ele descobrisse e viesse a tirar a posse dos meninos. Então eu escondia, não saía de casa, tinha muito cuidado em não dar “bandeira”. Mas hoje, que tudo já passou, eu tenho plena consciência que ele seria incapaz de cuidar dos meninos porque ele não sabia cuidar nem dele mesmo. Hoje ele sabe e só uma vez me perguntou se “isso” não iria influenciar na “boa” educação dos meninos. Ai conversamos e tudo ficou bem (CHANACOMCHANA, 1985, p.10).

Assim, percebemos o medo real das lésbicas que foram mães em relacionamentos heterossexuais e que acabam omitindo sua sexualidade para não correr o risco de perder seus filhos, independente se o pai das crianças é apto ou não a criá-los. Dessa forma, como alega Corrêa, para as mulheres assumirem sua homossexualidade em uma sociedade heteronormativa e, ao mesmo tempo, optarem pela maternidade, “é necessário percorrer um árduo caminho onde uma saída parece ser a luta pela cidadania plena e consolidação dos direitos humanos” (CORRÊA, 2012, p. 9). No entanto, estamos falando de um período histórico de recente retomada de direitos, de liberdade de expressão, de ascensão dos movimentos sociais e que lutam por direitos que até nos dias atuais ainda nos fazem falta.

3. Relações familiares:

Retomemos, então, o caso de Lucia e analisemos qual o imaginário criado pela família quando ela descobriu sua gravidez. Ao pensarem que “sapatão não engravida” reforçam o pensamento de que uma mulher lésbica não pode constituir uma família. Segundo Luiz Mello (2006), esta resistência à aceitação de famílias formadas por casais homossexuais é relacionada ao fato de que gays e lésbicas desafiam as estruturas milenares a partir das quais as sociedades humanas foram construídas, como a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória. Também de acordo com Talita Gonçalves Medeiros e Marlon Silva (2015), “a

lesbianidade é uma forma política de ‘(des)ordenação’ da heteronormatividade” e a falta desta normalidade resulta no preconceito até mesmo dentro do círculo familiar dessas mulheres. Nesse sentido, o *Chanacomchana* (1985) dedicou atenção a um assunto ainda delicado: a família e as lésbicas. Conforme o próprio boletim,

A família é a instituição social onde a grande maioria de nós permanece mais tempo, mantendo relações emocionais, intelectuais e sexuais [...]. A família é sem dúvidas o primeiro veículo de formação e informação individual, influenciando bastante a nossa trajetória posterior (CHANACOMCHANA, 1985, p.5).

Dessa forma, as lésbicas do *Chanacomchana* questionam o tipo de constituição familiar que acaba fomentando o preconceito e, em consequência, a negação da homossexualidade, criticando a família enquanto uma instituição patriarcal, que reforça as violências de gênero e constrói parte da identidade de uma pessoa. Como encontramos no próprio *Chanacomchana*: “A família na sua forma histórica nuclear e monogâmica, constituída basicamente pelo pai, filhos e mãe, não é universal e imutável, da mesma maneira que o sistema patriarcal também não é imutável (CHANACOMCHANA, 1985, p.5)

Com a ideia de que família é uma instituição mutável, o Grupo de Ação Lésbica Feminista vai questionar a estrutura patriarcal da família, de modo que quando as leitoras criassem suas próprias famílias não reproduzissem a forma heteronormativa e opressora na qual a mulher deve submissão ao homem, no caso de lésbicas, para que as “*ladys*”⁴ não sejam submissas às “*fanchas*”⁵. Assim, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista vai evidenciar as formas de opressão que mulheres lésbicas sofrem dentro das famílias tradicionais. Para trabalhar melhor o assunto, foram feitas entrevistas com mulheres de diferentes vivências, para assim melhor retratar o assunto para as leitoras.

Podemos perceber, analisando o nome das entrevistadas com os nomes que assinaram a autoria ao longo das publicações do *Chanacomchana*, que a maior parte das entrevistas foram realizadas com mulheres que atuaram no Grupo de Ação Lésbico-Feminista. Sabendo que as entrevistadas eram mulheres lésbicas ligadas à militância, imagina-se que todas já tenham trabalhado abertamente sua sexualidade com seus familiares. No entanto, ao analisarmos as entrevistas, percebemos a grande dificuldade de abordar o assunto e o medo da reação dos familiares, que fazem com que muitas escondam sua sexualidade dentro de suas casas. Como vemos:

A culpa, o medo, a vergonha por não ser heterossexual, o sentimento de ser doente, anormal e/ou desviada, geralmente levam ao enrustimento, o que gera um jogo

⁴ Palavra utilizada no *Chanacomchana* para referenciar lésbicas com características femininas.

⁵ Palavra utilizada no *Chanacomchana* para referenciar lésbicas com características masculinas.

duplo e hipócrita de mentiras, ansiedades, medo de ser descoberta, culpa por não preencher as expectativas dos pais, entre outras coisas, que desgastam bastante qualquer uma que vive esta situação (CHANACOMCHANA, 1985, p.8).

Isso nos mostra heteronormatividade funcionando como uma forma de manutenção da família patriarcal, na qual os filhos e filhas devem, obrigatoriamente, ser heterossexuais, para então, se enquadrar na sua família. Quando a heterossexualidade não é uma realidade, os filhos e filhas buscam, ao máximo, se adaptar a uma heterossexualidade esperada, seja com o enrustimento, negação da sexualidade, seja criando uma dupla identidade, que com a família mantém uma “postura heterossexual”, e em outros âmbitos, assumem sua verdadeira conduta enquanto gay ou lésbica.

Na tentativa de compreender melhor essa situação, foram entrevistadas nove mulheres que se identificam como lésbicas afim de saber como eram suas relações familiares, se tinham sua sexualidade aberta para a família, quais as dificuldades que elas encontravam em relação de sua sexualidade dentro de sua família, dentre outras questões. Destas nove entrevistadas apenas seis já tinham falado abertamente de sua sexualidade com a família, porém, algo marcante em todas as entrevistas, foram os conflitos causados até as famílias conseguirem aceitar sua lesbianidade.

Na maior parte dos casos a negação dos familiares para a homossexualidade dessas mulheres acaba fazendo com que estas optem por manter sua sexualidade “no armário” para assim não desapontar a família, que como aponta no Chanacomchana (1985), preocupa-se mais com o que a sociedade irá julgar do que de fato com a felicidade da lésbica. Em uma crítica ao sistema familiar tradicional, uma das entrevistadas argumenta que a família é fundamental para a nossa criação enquanto sociedade, “mas é também um mal na medida em que funciona como um instrumento repressor que chega, muitas vezes, a extremos, atuando como verdadeiro agente de anulação da personalidade dos indivíduos que a compõem” (CHANACOMCHANA, 1985, p.13).

Assim sendo, a família nesse molde tradicional acaba anulando a possibilidade de mulheres lésbicas aceitarem sua identidade homoafetiva, ou então que as negligencie para não desapontar as expectativas heteronormativas de sua família. Segundo Medeiros e Silva, as famílias “ao silenciar, calar ou não permitir a expressão e o diálogo sobre a lesbianidade criam obstáculos que não permitem o conhecimento ou o rompimento de (pré)conceitos” (MEDEIROS; SILVA, 2015, p.5), além de influenciar negativamente a construção da identidade de pessoas homossexuais. A não aceitação de sua sexualidade e a anulação de uma identidade causa, segundo o *Chanacomchana* (1985), um enrustimento prejudicial, não somente a essas mulheres que estão se enrustindo, mas também às mulheres lésbicas que

vivem sua homoafetividade abertamente, pois o enrustimento é também um gerador de preconceitos, como veremos a seguir.

4. Enrustimento: onde abre a porta do armário?

A falta de visibilidade de um sujeito representativo para as lésbicas e gays em uma sociedade heteronormativa faz com que todas as pessoas cresçam acreditando que seu único destino é ser heterossexual, justamente por não encontrarem referenciais sobre outros modos de ser e de se viver. Com uma criação em uma família tradicional e que funciona como manutenção do patriarcado, torna-se ainda mais complicado o processo de aceitação de uma sexualidade que não é considerada “padrão”, socialmente.

Segundo Tania Navarro-Swain (2004), existe um imenso mal-estar social em torno da lesbianidade que tenta anulá-la enquanto prática corrente ou desqualificá-la enquanto negação do ser mulher. Dessa forma, é socialmente construído, seja através da família ou não, a negação de uma sexualidade que fuja ao padrão, assim, as mulheres lésbicas precisam passar por um processo de aceitação de sua lesbianidade para fugir dessa construção heteronormativa. Entretanto, nem toda lésbica consegue passar por este processo de aceitação, caindo então no que o *Chanacomchana* (1985) vai tratar enquanto “enrustimento”.

A interiorização de conceitos como doença e anormalidade gera vergonha e culpa por se ter desejos lésbicos. Esta auto-imagem depreciativa pode ser transferida e projetada integralmente ou em parte para os familiares. Uma Auto-Estima forte e a consciência de que é um direito exclusivamente individual a escolha de quem se deseja amar e/ou transar, torna-se paulatinamente incompatível com uma vida embaraçosa de fingimentos (SIC) (CHANACOMCHANA, p.7, 1985).

Porque as lésbicas se enrustem? Este foi o questionamento levantado pelo *Chanacomchana* para entender o porquê de muitas mulheres enrustirem sua lesbianidade. Segundo as lésbicas do GALF, o principal motivo do enrustimento de mulheres lésbicas é o medo de repressão e preconceito que a lesbianidade sofre pela sociedade. Contudo, ao se enrustirem socialmente estas lésbicas se sentem frustradas, o que faz com que muitas vezes reproduzam o machismo com suas companheiras, e que discriminem lésbicas assumidas, principalmente das lésbicas com trejeitos masculinos que fogem do padrão social de feminilidade.

É claro que o enrustimento também inibe o desenvolvimento afetivo, sexual e intelectual. Algumas de nós não valorizam o seu relacionamento íntimo porque ele não é socialmente legitimado, mas estigmatizado. Optam por continuar vivendo em casa ao invés de ir morar com a namorada, mesmo quando há condições que tornem isto possível (CHANACOMCHANA, 1985, p.9).

A negação da lesbianidade irá dificultar a construção de sua identidade pois sempre estará faltando algo, sendo assim, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista, através do *Chanacomchana*, problematiza constantemente as lésbicas que omitem a lesbianidade e criticam aquelas que são assumidas, e acabam vivendo momentos de profunda solidão, afinal não estão apenas tentando se proteger do preconceito, mas sim, afastando suas semelhantes. Como vemos,

As lésbicas que alimentam constantemente seu Enrustimento, esquecem-se de que isto apenas torna sua vida ainda mais difícil. E não percebem que à medida que criticam as demais lésbicas, afastam de si a possibilidade de sentirem-se menos solitárias, já que, relacionando-se com pessoas de sexualidade semelhantes à sua, sentir-se-iam mais à vontade para exporem-se tais como são, serem elas mesmas (CHANACOMCHANA, 1985, p.2)

Sendo assim, o GALF vai argumentar que é preciso que haja união, solidariedade e amizade entre pessoas que compartilham da homossexualidade, para que assim exista suporte para que outras pessoas consigam se assumir sem medo, que consigam viver suas vidas sem precisarem se enrustir, uma vez que o enrustimento, além de oprimir a pessoa que nega sua sexualidade, ainda a torna opressora.

O que podemos perceber ao longo deste capítulo é que o medo, a negação da sua lesbianidade e o enrustimento estão diretamente ligados à criação familiar, que tem uma grande importância para a construção da identidade de qualquer pessoa. É também dentro da criação familiar que aprendemos como se constitui uma família, de forma que futuramente iremos reproduzir esses moldes. É nesse sentido que o *Chanacomchana* atua como provedor de novas ideias e possibilidades de construções familiares. Assim como serve de alicerce para mulheres lésbicas que estejam buscando construir ou consolidar suas identidades lesbianas.

3. Conclusões

Através desses debates, e de outros tantos, o GALF – grupo que produzia os boletins *Chanacomchana* - conseguiram levar visibilidade às lésbicas e quebrar estereótipos sobre a lesbianidade, como o fato de que lésbicas não podem ser mães ou que não é possível formar famílias homoparentais. Os debates presentes nos boletins não só desmistificavam assuntos tidos como tabus na sociedade como também empoderavam suas leitoras a construírem suas identidades da forma que elas tivessem vontade, mostrando que é possível ser lésbica e ser diversas outras coisas ao mesmo tempo, que a lesbianidade é apenas uma das características presentes na composição de cada identidade.

Referências

- BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.6, 1985.
- BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.8, 1985.
- BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.12, 1987.
- BORGES, Lenise Santana. *Lesbianidade na TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras*. Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, p. 363-384, 2007.
- CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: A trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil 1979 - 2001*. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Estudos feministas, p. 37-55, 2004.
- CORRÊA, Maria Eduarda Cavadinha. *Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade* [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEDEIROS, T.; SILVA, M. S. . *Relações familiares e lesbianidade: que enlace é esse?*. In: IV Seminário Enlaçando Sexualidades: moralidades, famílias e fecundidade., 2015, Salvador - Ba. Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades, 2015.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos; 313.
- SOARES, Gilberta. *Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais*. In: conference Fazendo Gênero. 2010.